



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A MORTE E A PÓS-MORTE

Valéria Viana Sousa*
(UESB)

Jorge Augusto Alves da Silva **
(UESB)

Lucas Campos Santos***
(UESB)

RESUMO

No presente artigo, a partir de um determinado enunciado bíblico, A ressurreição de Lázaro, fomentamos um diálogo sobre a concepção de Morte e Pós-morte sob as óticas do Catolicismo, do Protestantismo e do Espiritismo Kardecista. Apresentamos, fundamentados na obra “O império retórico: retórica e argumentação”, de Chaim Perelman, uma análise sobre a leitura e a utilização que o orador, nesse caso, uma liderança religiosa, faz do texto sagrado em relação ao seu grupo de referência.

PALAVRAS-CHAVE: Argumentação, Orador, Auditório.

INTRODUÇÃO

Tomando como referência um texto escrito retirado da Bíblia Sagrada, A ressurreição de Lázaro, propomos um diálogo entre as concepções dos temas

* Doutora, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo. E-mail: aleriavianasousa@gmail.com

** Doutor, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Aplicada e Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo. E-mail: adavgvstvm@gmail.com

*** Doutor, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e Aplicada. E-mail: lusanpos@gmail.com

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Morte e Pós-morte segundo as óticas do Catolicismo, do Protestantismo e do Espiritismo Kardecista.

Ressaltamos que, como existe consenso nessa questão particular entre o Catolicismo e o Protestantismo, utilizamos uma única entrevista realizada com um padre para representar o pensamento veiculado em tais tendências religiosas. Ao lado dessa entrevista, realizamos uma outra com um dirigente espírita, que, por sua vez, traz uma compreensão diferenciada com relação aos referidos temas.

Através da articulação entre as entrevistas realizadas ,apresentaremos, fundamentados nas obras *O império retórico: retórica e argumentação*, de Chaim Perelman, e *Tratado da argumentação : a nova retórica*, de Chaim Perelman & Lucie Olbrechts- Tyteca, uma análise sobre a leitura e a utilização argumentativa que o orador faz do texto sagrado em relação ao seu grupo de referência, objetivando evidenciar a importância da argumentação para a persuasão de um determinado auditório e a capacidade/habilidade/competência que têm os oradores, nesse estudo, os líderes religiosos, de, utilizando um mesmo fragmento escrito, provocar no público alvo interpretações tão distintas a partir da leitura de um mesmo enunciado.

A Argumentação

Argumentação, para Perelman (1999), é a capacidade que diferencia os seres racionais dos não racionais. Este elemento é de fundamental importância em um processo discursivo enquanto constitui uma ferramenta que está a serviço de um orador na defesa de uma determinada tese, mas, quando a sua função se limita a uma das partes da retórica: a ornamentação por si só e em si mesmo de um texto, perde o seu valor.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Uma argumentação, nesta perspectiva, é sustentada por uma série de elementos que corroboram na busca dos objetivos almejados em um processo argumentativo.. Elementos que coexistem, são dotados de importância e que agem em solidariedade. Uma tríade de elementos, no entanto, tem um realce maior nesse processo e sobre essa tríade lançaremos o nosso farol. A saber, o orador, o auditório e o objetivo.

O **orador**, figura responsável pela clareza do que é dito; O **auditório**, conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação; e o **objetivo**, a busca pela adesão dos espíritos.

No Tratado da argumentação: a nova retórica, Perelman e Olbrechts-Tyteca, diferenciando a Retórica Antiga da Nova Retórica, afirmam que ambas têm, como meta da arte oratória, a busca pela adesão dos espíritos, mas afirmam ainda, com relação às retóricas, que é, nos objetos, que a diferença emerge, pois “O objeto da retórica antiga era, acima de tudo, a arte de falar em público de modo persuasivo; [...] ao uso da linguagem falada, do discurso, perante uma multidão reunida na praça pública [...]” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 6).

O objeto da nova retórica, no entanto, não limita o seu estudo “à apresentação de uma argumentação oral e [...] uma multidão reunida numa praça [...]” (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2002, p. 6) e ainda ratifica, no Império Retórico: retórica e argumentação, que “a nova retórica, em oposição à antiga, diz respeito aos discursos dirigidos a todas as espécies de auditórios [...]” (PERELMAN, 1999, p.24).

Isso nos leva a compreender que o estudo da nova retórica, tal como proposto pelos referidos teóricos, está centrado na análise da estrutura da argumentação e não na arte da eloquência, na técnica do discurso para o uso e que, para esses estudos, não são utilizados apenas textos orais, como outrora, mas também escritos.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Dito isso, retornemos à tríade. É sabido e admitido nas retóricas antiga e nova que a argumentação não se desenvolve independente do contexto que lhe cerca, mas que o **orador**, como princípio da argumentação, deve adaptar-se ao seu auditório através da observação das particularidades e variáveis de cada grupo. Como o conjunto daqueles a que o orador se refere é bastante diverso, é muito difícil atingir o universo dos seres humanos com uma única estrutura da argumentação. Nesse sentido, Vico (1953) assevera “Todo objeto da eloquência é relativo aos nossos ouvintes, e é consoante suas opiniões que devemos ajustar os nossos discursos” e, assim, podemos afirmar que não há, então, uma única argumentação sobre um tema, mas há argumentações que sofrem mudanças à medida que o auditório seja outro a fim de buscar uma eficaz atuação sobre os espíritos. Argumentos apropriados a uma situação podem ser desnecessários e ineficazes em outras.

Na busca pela adesão dos espíritos, a argumentação deve estar por inteira relacionada ao auditório que se pretende influenciar, contudo a linguagem, na interação entre orador e o auditório, representa um elemento primordial. O orador, consciente ou não, deve orientar o seu discurso em direção às pessoas que pretende persuadir e, assim, adaptar a linguagem utilizada às condições intelectuais e sociais daquele que o ouve ou lê e esperar que o auditório se adapte a ele.

O auditório, assim, deve ser, para um bom orador, um elemento supostamente presumível e, quanto mais este elemento presumível se aproximar da realidade, maior probabilidade de adesão será possível. Convém lembrar que, também, se, por um lado, a proximidade e interação entre orador e auditório trazem resultados positivos, o distanciamento entre esses elementos da argumentação acarretará, por sua vez, conseqüências indesejadas.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

O conhecimento do auditório a que o orador se dirige é condição sine qua non para a seleção dos meios suscetíveis de influenciá-lo. Nas palavras de Perelman & Olbrechts-Tyteca, “ [...] é pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz.” (2002, p. 23).

E, dessa forma, nenhum orador, mesmo aquele que goze de um amplo respeito, admiração e consideração por parte de um determinado auditório, deverá subestimar o esforço de adaptação ao auditório em que atua. Compete ao orador escolher, como premissas, teses que são admitidas e que serão, possivelmente, homologadas pelo auditório. “Aquele que, na sua argumentação, não se preocupa com a adesão do auditório às premissas do seu discurso comete a mais grave das faltas: a petição de princípio. [...]” (PERELMAN, 1999, p.41-42).

Com relação à amplitude dos auditórios, estes têm extensões variadas, podendo ser constituído apenas pelo próprio orador, quando se trata de deliberações íntimas, até a humanidade inteira. Os auditórios podem ainda ser categorizados como particular e universal. O auditório particular é formado por um conjunto de pessoas cujas variáveis são mais controláveis do que as variáveis do grupo de pessoas que compõem o auditório universal.

Para melhor concretização das premissas, são trazidos à argumentação os objetos de acordo que incidem ora sobre o real, quando se referem a fatos, verdades e presunções; e ora sobre o preferível, quando se referem aos valores, hierarquias e lugares do preferível. Embora seja perceptível a tênue diferença e o incontestável subjetivismo presentes nas noções dos objetos de acordo que incidem sobre o real e sobre o preferível, para Perelman (1999), na argumentação, os acordos que incidem sobre o real parecem direcionar o auditório universal à validade das premissas e os acordos que incidem sobre o preferível parecem direcionar o auditório particular a pontos de vista específicos.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Quando nos referimos a fatos, embora também não seja simples, ou mesmo adequado, reduzi-lo a uma definição, concebemos que estes representem uma realidade objetiva com a qual o auditório universal está de acordo. O ato de apresentar os fatos, em uma argumentação, é o suficiente, tendo em vista que o auditório universal está de acordo com os fatos e, por isso, se fazem desnecessárias atitudes de reforço ou justificativas sobre os mesmos, pois estes gozam de aceitação e devem servir, por isso mesmo, no processo argumentativo, como uma arma contra outros fatos que vierem a concorrer com eles. Os fatos podem ser, segundo Perelman (1999), fatos de observação, fatos supostos, convencionais, fatos possíveis ou prováveis.

Há que se ressaltar, no entanto, que mesmo os fatos, que apresentam menores razões para controvérsias, são suscetíveis a questionamentos e, quando há essa ocorrência, a solidez do fato é abalada, levando-o a perder o status quo de fato. Isso acontece, com maior freqüência, quando o auditório questiona o conteúdo do fato apresentado ou quando o auditório ampliado passa a conter pessoas que não reconheçam o elemento citado como fato.

As verdades, em relação aos fatos, possuem uma natureza menos precisa e mais complexa e, assim como os fatos, também podem ser contestadas.

Vemos, assim, que este estatuto de facto ou de verdade não se encontra indefinidamente assegurado, a menos que se admita a existência de uma autoridade infalível, de uma divindade, cujas afirmações e revelações são incontestáveis [...] Mas, à falta de uma tal garantia absoluta [...] os factos e as verdades [...] poderão ser postos em questão. (PERELMAN, 1999, p.43-44)

Perelman (1999) sugere ao orador duas possíveis alternativas para os casos de contestação dos fatos e/ou verdades em uma argumentação: a primeira

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

que seria a ação de abandonar esse fato ou verdade ora apresentado, em função da fragilidade desse fato reconhecê-lo como inadequado e recuar em sua utilização; e a segunda que é ação de desqualificar a intervenção realizada pelo interlocutor, mostrando-lhe a incompatibilidade desse fato e/ ou verdade e apresentando-lhe outro (a) fato e/ou verdade mais digno de confiança ou de preferência.

As presunções, assim como os fatos e as verdades, também são admitidas pelos auditórios, mas, diferentemente dos anteriores, a adesão às presunções não é máxima e precisa ser reforçada por outros elementos. Se, por um lado, o reforço ao fato é desnecessário e as explicações podem diminuir o seu estatuto; por outro lado, as presunções necessitam de reforço e as explicações auxiliam o seu poder em uma argumentação.

Presumimos, até que nos seja provado o contrário através de fatos, que as coisas são como são. “[...] As presunções encontram-se, habitualmente, associadas ao que normalmente se produz e sobre o qual é razoável basearmo-nos” (PERELMAN, 1999, p.44). E, dessa forma, as presunções, para o auditório universal, têm validade como premissas, semelhante a validade dos fatos demonstrados e das verdades .

Ao lado de elementos, como fatos, verdades e presunções, que estão voltados ao auditório universal, estão valores, hierarquias e lugares do preferível, voltados, por sua vez, a auditórios particulares.

Os oradores tendem a usar **valores** em todas as argumentações, em um dado momento, com objetivo de orientar o auditório a ter certeza de determinadas escolhas. Podemos mesmo afirmar que, devido à tamanha inserção e força que possuem em um sistema de crenças, independente de esses valores serem de natureza concreta ou de natureza abstrata, certos valores, em determinados grupos, possuem uma forma de tratamento semelhante ao tratamento atribuído aos fatos ou verdades



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

Os valores de natureza concreta têm como referência um ser particular, um objeto, um grupo ou uma instituição. A título de exemplo, nessa proposta particular, temos: a Bíblia, a Igreja. Os valores de natureza abstrata, por seu turno, têm a sua compreensão definida em relação aos valores concretos. São estes: a veracidade, a fé. É preciso afirmar que, em uma argumentação, ambos os valores têm a sua importância e validade e, muitas vezes, como em um jogo, uns são antepostos aos outros hierarquicamente em função do objetivo almejado pelo orador naquela argumentação e diante daquele auditório.

As hierarquias agem, na estrutura argumentativa, como uma espécie de processo seletivo no qual os argumentos, sejam eles fatos, verdades, valores, apresentam-se em uma ordem de prioridade a partir da relevância desses para aquela tese e/ou auditório.

Se nos encontramos convencidos de que a intensidade com que um auditório adere a um valor em detrimento a um outro valor é ou, no mínimo, deve ser determinante para a escolha de hierarquização dos valores por parte do orador, somos, então, levados à convicção de que, em um processo argumentativo, as hierarquias de valores têm grande importância, quiçá superior, aos valores em si mesmo, tendo em vista que é a hierarquia, e não os valores em si, o grande elemento responsável pela escolha feita pelo auditório. Dessa forma, se há um grupo de pessoas que possua os mesmos valores, mas que esses valores sejam hierarquizados nesse grupo em escalas distintas, existe, na verdade, então, não apenas um grupo com valores semelhantes, mas dois grupos nos quais os valores semelhantes são hierarquizados de forma diferenciada.

Os lugares, premissas de ordem muito geral que são usadas para reforçar a adesão a determinados valores e nas quais orador e auditório se encontram, foram classificadas por Aristóteles como lugares comuns, úteis a qualquer ciência e independentes, e lugares específicos, próprios de uma ciência ou gênero em



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

particular. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002) propõem um outro agrupamento para lugares, a saber: lugares da quantidade, lugares da qualidade, lugares da ordem, lugares da existência, lugares da essência e lugares da pessoa.

Reiterando a importância que esses elementos apresentados, no decorrer do texto, têm como peças fundamentais, participantes e intercomplementares em uma argumentação, citamos, mais uma vez, Perelman (1999) para finalizar a fundamentação teórica e abrir a análise do diálogo entre as entrevistas realizadas com os líderes religiosos, “a argumentação [...] insere-se num pensamento cujos diversos elementos são solidários uns dos outros” (PERELMAN, 1999, p.53).

A Análise das Entrevistas

Estamos diante de dois **oradores**: um padre e um dirigente espírita. Esses oradores, embora sejam pessoas consideradas como habilitadas, capazes e sejam autorizadas pelo seu grupo de referência a agirem como lideranças religiosas, reconhecem a necessidade de adaptar-se ao seu auditório.

O auditório, muitas vezes, homogêneo comporta pessoas que possuem um mesmo vínculo religioso e, dessa forma, todos naquele espaço compartilham a mesma ideologia e, conseqüentemente, aceitam, sem contestação, as teses apresentadas pelos oradores. No entanto, às vezes, em determinadas situações, esse auditório é ampliado.

Em Casas Espíritas, as pessoas, por vezes, são atraídas por motivos como perdas de entes queridos, desejo de conhecimento sobre a doutrina, mediunidade apresentada ou problemas psicológicos. Os dirigentes de tal segmento direcionam-nas a grupos de estudos para um maior amadurecimento em sua busca. Esse tratamento visa a oferecer uma abordagem teórica às procuras que têm naturezas particulares.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

A presunção presente é a de que as pessoas vão às Casas Espíritas pelo incômodo da dor. Diante disso, cabe à Casa oferecer a esse público um ‘ socorro’, através de uma conscientização sobre o que está acontecendo e sobre as origens dessa situação. Feito isso, é preciso mostrar à pessoa que “todo o problema deva ser resolvido a partir dela , que o grande trabalho deva ser feito por ela própria” ⁵¹

Em Igrejas católicas, têm-se, por conta de uma tradição religiosa, missas em homenagens, como, por exemplo, Missas de 7º dia. Nesses momentos, muitas pessoas se dirigem à igreja e, segundo o padre: “Por força de uma tradição” ⁵² .O orador, consciente desse auditório ampliado, procura aproximar-se dos ouvintes através de uma linguagem adequada ao público.

A presunção que se tem, na Igreja Católica, é a de que o auditório presente, ainda que não formado integralmente por católicos praticantes e ainda que alguns desses rejeitem certos discursos da igreja, como a renovação e o moralismo, todos os que ali estão respeitam a Igreja Católica e estão ali pela fé. O padre, então, leva-os a perceber que, de alguma forma, mesmo que não tão conscientes, vieram à Igreja pela fé. E, a partir da construção desse elo de fé com o auditório, o orador busca a adesão dos espíritos.

Além de utilizarem uma linguagem acessível a todos os presentes nas cerimônias religiosas, em ambas as religiões são usados também exemplos, como fatos para uma melhor demonstração . O dirigente católico diz “Tenho muito cuidado com a linguagem e procuro ser criativo com os textos, principalmente em momentos de perdas de entes, pois há uma busca pela Igreja a fim de amenizar a dor.”⁵³ Comenta, ainda, citando frases que costuma ouvir “uma palavra nos consola muito” e, nesse instante delicado, tem a certeza que “se pode tanto trazer

⁵¹ Intervenção verbal do Sr.A.S.

⁵² Intervenção verbal Pe. J. C. C.

⁵³ Intervenção verbal Pe. J. C. C.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

definitivamente a pessoa para fé como afastá-la definitivamente”⁵⁴. Observamos, ainda, que, no Espiritismo, há uma procura por fundamentação teórica em textos da doutrina e, no catolicismo, há a procura por uma exposição realizada através de catequese. Termo usado como sinônimo de educação religiosa, através de aulas que objetivam orientar as pessoas sobre o que elas fazem ali e o motivo que as levou a vir aquele espaço religioso.

Esses oradores, diante dos seus auditórios, discutindo o tema Morte e Pós-morte, ainda que fundamentados em um mesmo texto bíblico, apresentam teses distintas.

Para o dirigente espiritual, a morte significa “o desligamento do corpo”. Na doutrina, preferem usar o termo desencarne que significa “algo que sai da carne ou do corpo físico” e estão convictos de que a morte seja um momento de transição, mas não a extinção do ser, pois este é imortal. Entendem que exista o colapso de um organismo que está debilitado e no qual não há mais possibilidade do ser imortal habitar. Assim, na morte, “há uma separação do corpo físico e do espírito, que vai habitar o ambiente extra-físico, mantendo todas as suas qualidades e defeitos, virtudes e vícios.”⁵⁵

Segundo esse religioso, no mundo extra-físico, um dos momentos de existência do ser, há o momento de retorno ao mundo físico a fim de que o espírito construa a perfeição relativa e evolua pelo amor. Falando sobre isso, para justificar a múltipla existência do ser, o dirigente cita e metaforiza que “as pedras que eu deixo no caminho, terei que voltar para tirá-las. Terei que retirar espinhos para que todos possam caminhar na segurança”⁵⁶. Assim, ele defende a tese da reencarnação e afirma que ,na Bíblia, há várias passagens que sugerem isso,

⁵⁴ Intervenção verbal Pe. J. C. C.

⁵⁵ Intervenção verbal Sr. A. S.

⁵⁶ Intervenção verbal Sr. A. S.



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

embora tal nomenclatura não se encontre exposta, até mesmo por ser um termo novo.

E, referindo-se ao texto A ressurreição de Lázaro, texto basilar para exemplificação da ressurreição, diz que o texto narrado por João não diz que Lázaro morreu totalmente, por isso naquele fragmento não é possível afirmar que houve ressurreição como é aceito pelos católicos. O dirigente insiste, ainda, em afirmar que ressurreição, no sentido amplo, quer dizer ressurgir (surgir de novo), no entanto, o termo é usado pelos católicos significando o retorno do ser ao mesmo corpo físico.

Atento à literalidade do texto, acrescenta que, no referido texto bíblico, a irmã de Lázaro diz a Jesus que Lázaro está “cheirando mal”. No entanto, o dirigente espírita diz que isso não significa estar morto, pois, analogamente pode se associar isso a um fato conhecido nacionalmente como a doença do ex-presidente Tancredo Neves, que também, ainda vivo, apresentava tal característica.

O dirigente católico, fazendo referência à morte, cita uma parte da missa na qual é dita “Cordeiro de Deus que tirai os pecados do mundo. Dai-nos a paz.” E, assim, comenta que a morte será o último pecado a ser tirado do mundo. Diz ainda que a morte é algo muito triste que atinge a todos, mesmo aos mais insensíveis, mas que, com uma maturidade religiosa, é possível entendê-la como a retirada de algo que não mais presta para uma nova concepção de vida, nova esperança. Dessa forma, para quem tem fé, segundo o padre, a morte é entendida como um recomeço, uma nova vida. Diante dessa concepção, nas missas de caráter fúnebre, ele costuma falar que esta é uma vida nova, de fartura, dignidade e respeito.

Em relação ao pós-morte, demonstra estar convencido da ressurreição. Para ele, a ressurreição é o processo de viver de novo em um paraíso. Faz questão de esclarecer que “Esse paraíso não é uma grande praça, nem sítio, como propagado, mas uma vida no mesmo mundo, com as mesmas lutas e anseios, com respeito,

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

dignidade e paz, sem maldades e infelicidades. Um lugar onde os princípios básicos da questão humana serão colocados em prática.”⁵⁷

Comenta ainda que reencarnação não é coisa da religião, mas sim ligada à parapsicologia e que os espíritas vêem a reencarnação talvez por enxergarem o texto de Lázaro como um fato. O que, no catolicismo, é diferente, pois estes entendem os fatos bíblicos como representações metafóricas. Dessa forma, enfatiza que a figura do Lázaro constitui uma representação para se narrar a esperança da ressurreição e que Jesus, em muitos momentos, fazia isso, como pode ser observado em várias passagens do texto bíblico.

Ambos os oradores expõem suas verdades como absolutas e referendadas em valores de natureza concreta como a Bíblia e em valores de natureza abstrata como a fé. No catolicismo, ao valor da fé, considerado como absoluto, é atribuído a ênfase. E, no espiritismo, além desse valor, há uma procura pela constatação das teses defendidas através da exposição de fatos.

Nos discursos religiosos, os lugares têm a sua importância. Os lugares da qualidade, da essência e da pessoa como a virtude, a caridade, o bem, a dignidade, a justiça costumam estar bastante presentes nas argumentações. O lugar da ordem também possui uma relevada importância para a discussão dos temas morte e pós-morte, tendo em vista que, em ambos os segmentos religiosos, o pós-morte constitui o resultado de uma vivência anterior. Conforme pode ser observado nas seguintes ocorrências de fala:

“A teologia nos fornece pistas para compreendermos que, no dia do encontro dos espíritos, vamos aprender a conviver juntos, mas quem nunca soube viver assim na Terra passará por dificuldades para aprender.”, segundo o padre.

“As pessoas que, por ventura, aqui estiverem trabalhando o bem terão o céu consensual, por merecimento e aqueles que agirem muito pelo eu terão seu inferno

⁵⁷ Intervenção verbal do Pe.J. C. C.

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

consensual”. E ainda, “Vamos ter que retornar do mundo extra-físico para corrigir o que fizemos de errado no mundo físico”, segundo o dirigente espírita.

As teses se tangenciam quanto ao tema Pós-morte, quando há a crença para o Catolicismo, o Protestantismo e o Espiritismo Kardecista, de que há para o ser um estado de vida posterior. No entanto, as teses se distanciam quando, no Catolicismo e no Protestantismo, há a defesa de que essa vida pós-morte acontece em outro plano, através da ressurreição e, no Espiritismo Kardecista, por sua vez, há a defesa de que o espírito passa por um processo cíclico de desencarnação e de reencarnação.

CONCLUSÕES

Nesse artigo, apresentamos um diálogo entre duas concepções apresentadas por oradores qualificados, defensores de teses em que acreditam e que utilizam, para a defesa dessas, na estrutura argumentativa, fatos, verdades, presunções, valores, hierarquias e lugares.

Todas as premissas apresentadas pelos oradores, ora como acordos que incidem sobre o real, ora como acordos que incidem sobre o preferível, estão amparadas nos grupos de referência e são igualmente legítimas e capazes de conquistar adesão dos espíritos daquele auditório-alvo. Convém afirmar ainda que essas premissas e estratégias utilizadas pelas lideranças religiosas, ainda que, por vezes inconscientes, funcionam como eficazes instrumentos nesse jogo argumentativo, capazes de persuadir o auditório, através de um único enunciado, à homologação de teses díspares.

Segundo Descartes (1973), “Todas às vezes que dois homens formulam sobre a mesma coisa um juízo contrário, é certo que nenhum deles possui a verdade; pois se um tivesse dela uma visão clara e nítida poderia expô-la a seu



ISSN: 2175-5493

IX COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

5 a 7 de outubro de 2011

adversário, de tal modo que ela acabaria por forçar sua convicção.” E, assim, nesse artigo, há a exposição do processo argumentativo das “verdades” apresentadas.

REFERÊNCIAS

- DESCARTES, R. **Discurso do Método**. São Paulo: Editora Abril, 1973.
- PERELMAN, C. **O império retórico: retórica e argumentação**. 2. ed. Lisboa: Asa Editores II.1999.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS_TYTECA, L. **O tratado da argumentação: a nova retórica**. Tradução por Maria Ermantina G.G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VICO, G. Opere a cura di Fausto NICOLINI, Milão-Nápoles, Ricardo Ricciardi,1953, **La letteratura italiana**, vol.43.